

A EDUCAÇÃO EM PORTUGAL DE D. JOÃO III À EXPULSÃO DOS JESUÍTAS EM 1759 *

ANTÓNIO LOPES

I. A VERDADEIRA ESTATURA DE D. JOÃO III

Quando D. João III sobe ao trono, há muito que a Itália acordara para o Humanismo Renascentista e que na Alemanha este chegara ao seu termo em virtude das lutas religiosas. É de França, concretamente do Colégio de S.^{ta} Bárbara, um dos 57 colégios ¹, que rodeavam a Sorbonne, que o Humanismo vai influir na cultura portuguesa. Em Espanha, havia muito que triunfara o Renascimento através de mestres formados na Itália graças à protecção de Isabel a Católica, que já entrada em anos, ainda queria aprender latim.

Em Portugal, a curiosidade pelo Renascimento e o incentivo pelas letras vão ser absorvidos, em boa parte, pela sedução das terras recém-descobertas, sobretudo a Oriente.

Mas, por um lado, na pegada dos comerciantes da Europa e, por outro, com a facilidade das comunicações, inicia-se um intenso êxodo de estudantes para as Universidades estrangeiras, desta terra de marneiros, já considerada por intelectuais da época «terra de bárbaros» e em breve no Oriente, quando aportarem pela primeira vez no Japão: os *Namban* («os bárbaros do sul»), embora noutro sentido.

Já no tempo de D. Manuel vai ser a generosa iniciativa do Dr. Diogo de Gouveia que, como Professor e Principal de St. Bárbara, vai

* Texto publicado na revista *Communio. Revista Internacional Católica*, X, 3 e 4 (1993).

¹ J. N. PRAT, *Maldonat et l'Université de Paris*, Paris, 1856, 527-537. Dá uma lista dos colégios do Quartier Latin, com alguns dados sobre cada um deles.

arrastar para Paris toda uma plêiade de eruditos, a começar pelos 11 da família dos Gouveias.

O grande investigador e, neste ponto nada suspeito historiador Mário Brandão, desfez as tenebrosas lendas que toda uma traição foi tecendo à volta de D. João III ². Enquanto que a Alemanha e a Inglaterra ardiem em discórdias religiosas e a França e a Espanha travavam entre si uma luta de morte, D. João III tinha de acudir a um Império, de Oriente a Ocidente, que já era quase meio mundo. Nesta difícil situação consegue manter milagrosamente a neutralidade com relação às potências europeias, mas ainda com grande tino diplomático apagar em grande parte a labareda de paixões e de invejas em que ardia já o seu desmesurado império ³. Quanto à vida interna do país — apesar das fomes, das pestes constantes e do espantoso terramoto de 1531 —, Portugal gozou durante o seu reinado de invejável tranquilidade, ao contrário das nações europeias. Quanto à imagem de déspota cruel e fanático, por ter introduzido a Inquisição, oiçamos o mesmo Mário Brandão, talvez o erudito que mais se debruçou sobre a documentação original dos princípios da Inquisição em Portugal: «...o Monarca não fez mais que obedecer às ideias do seu tempo e realizar o desejo veemente dos seus súbditos» ⁴. É bom recordar que em 1533 fez todo o possível por trazer Erasmo para a sua Universidade: Erasmo que a Igreja suspeitava de heresia. É igualmente oportuno recordar que os Mestres Bordaleses que mandava vir de Bordéus para fundar o Colégio das Artes, quando a Inquisição exigiu a sua demissão, também por suspeição de heresia, logo os pôs em liberdade e lhes prestou toda a sua protecção.

Mas há outro ponto em que a tradição criada acerca de D. João III é injustiça gritante: teria sido o monarca do obscurantismo e da intolerância, segundo uma corrente de pensamento que tem a sua fonte

² *O Colégio das Artes*, Coimbra 1924, I, 1-57.

³ Já em 1529, o grande matemático Fernel, numa carta a D. João III, considerava-o «Monarca que bem parecia ter sucedido no trono a Salomão». (Epístola dedicatória da *Cosmotheoria*, transcrita por Quicherat, *Le Collège S. Barbe*, I, 352 ss.

⁴ Recordemos que em Espanha e Portugal, os judeos-conversos tinham alcançado preponderância em todos os postos de destaque: na administração, na finança e na cultura. Os cristãos, sentindo-se por eles oprimidos, reagiam frequentemente com «razias» sangrentas: o que em Espanha, p. ex., levou os próprios judeus a pedirem ao Papa e a Rei um Tribunal que julgasse e punisse apenas os culpados e não fosse a questão deixada à justiça popular.

nos escritos de Sebastião de José de Carvalho e Mello. José da Silva Dias e Mário Brandão tentaram repor toda a verdade histórica, com muito rigor documental. «Nunca em nosso torrão nasceu, antes ou depois de D. João III, para as letras e letrados, semelhante mecenas». E continua Mário Brandão: «E quantos lá foram com justiça se lhes poderão comparar?»⁵

II. PRIMEIRAS INICIATIVAS DE D. JOÃO III NO CAMPO DA CULTURA

É sabido que Erasmo, Vives e Fernel, grandes humanistas do seu tempo, lhe teceram os mais vivos louvores.

1. Iniciativas com os príncipes de sangue real

Em 1523, arranca Aires de Barbosa à sua cátedra de Salamanca, para vir ensinar o seu irmão D. Afonso, depois Cardeal. E logo a seguir caberá a vez a Pedro Margalha, doutor parisiense e lente da Academia de Salamanca, para vir junto do mesmo príncipe.

Pouco depois, dá por mestre a seu irmão D. Duarte o famoso André de Resende. Pedro Nunes será professor dos Infantes D. Luís e D. Henrique. Para este último chamará ainda o brabantino Clenardo. Em 1545, confia a instrução do príncipe D. João ao Dr. António Pinheiro, que em Paris ganhara grande fama como professor de St. Bárbara.

Mas foi sobretudo o seu filho ilegítimo D. Duarte que, afastado da corte logo em 1532, rodeará dos maiores cuidados quanto à formação e à instrução. Confia-o à vigilância de Fr. Jorge de Belém, prelado do Mosteiro da Pena, da Ordem de S. Jerónimo, que nessa época era o instituto religioso onde mais florescia os estudos.

2. A ajuda prestada aos frades Jerónimos

Em 1527, já haviam regressado das Universidades de Paris e Lovaina, dois doutores: um em letras humanas e outro em teologia, monges Jerónimos notabilíssimos: Fr. Brás de Braga (de que ainda havemos de falar) e Fr. Diogo de Murça.

⁵ *Op. cit.*, I, 21.

Fr. Diogo de Murça, querendo dar aos seus irmãos em hábito a educação e instrução que havia bebido nas duas famosas Universidades por onde passara, apelou para D. João que, em 1535, lhes funda no Convento da Penha Longa, um Colégio de Humanidades e Artes ⁶. Aqui estudaram o bastardo real e D. António, filho do Infante D. Luís e da judia Pelicana. Em 1537, este Colégio foi transferido para o Mosteiro de S. Marinha da Costa, nas proximidades de Guimarães ⁷. Tanto brilharam aqui as letras que o Colégio se tornou em breve uma pequena Universidade, com professores humanistas formados no estrangeiro, e à qual Paulo III, em 1539, concedeu a faculdade de outorgar graus em Artes, Filosofia e Teologia.

Mas, em 1543, o esplendor da Universidade de Coimbra, que D. João III estimava como aquilo que de mais precioso possuía, levou-o a nomear D. Fr. Diogo de Murça reitor da «sua» Universidade. Automaticamente, o Colégio de S. Marinha da Costa foi novamente trasladado, mas desta vez para Coimbra, não já com o carácter de Escola de leigos e de religiosos que antes possuía, mas como centro de formação dos escolares Jerónimos.

3. A reforma dos institutos de ensino

Com relação ao resto da Europa, os poucos centros de ensino do nosso país vegetavam num lamentável atraso. D. João III encarou de frente o grande projecto de os reformar e transformar em grandes escolas modernas abertas a todas as classes sociais. Depressa descobriu que o único meio de que dispunha era o de enviar para as Universidades da Europa levas de estudantes, que depois poderiam servir de fermento. Foi assim que conseguiu sustentar simultaneamente 70 bolseiros nas Escolas de França e Itália.

Em Paris, no Colégio de St. Bárbara, desde D. Manuel pontificava o velho Principal Diogo de Gouveia. Só em 1526 consegue o Rei corresponder às prementes solicitações do grande Principal que de propósito se deslocara a Lisboa. D. João III, ajudado e estimulado por

⁶ Acerca do cultivo das letras na Ordem de S. Jerónimo podem consultar-se as curiosíssimas *Memórias dos Estudos, em que se criaram os monges de S. Jerónimo*, publicadas por Joaquim de Carvalho no Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, VI.

⁷ Clenardo, vindo aqui visitar o seu amigo Fr. Diogo de Murça, deixou um eloquente testemunho, numa carta ao arcediogo da Sé de Évora (G. Cerejeira, *Clenardo*, II, Apêndice 87).

seu irmão, o jovem Cardeal D. Afonso, decide instaurar 50 bolsas em favor de outros tantos estudantes, que em Paris se dedicariam às várias disciplinas sob a orientação de Diogo de Gouveia. St. Bárbara foi assim transformado numa espécie de Colégio «português» à sombra da Sorbonne. Este facto ficou célebre nos anais do Colégio⁸, que celebrou a magnanimidade do Rei português com versos que ainda hoje se podem ler⁹.

4. A reforma dos Crúzios e a transferência da Universidade

Ao ordenar a reorganização dos Crúzios de Coimbra, D. João III tinha em vista o estabelecimento de novas Escolas no Mosteiro de St. Cruz de Coimbra.

Esta medida representava um primeiro passo para a transferência da Universidade para Coimbra. Isto porque a reforma da Universidade exigia, para D. João III, a sua fixação para longe de Lisboa, cidade corrupta e turbulenta, ambiente nada favorável à concentração para as verdadeiras obrigações escolares. Para isso, requeria-se simultaneamente um novo corpo docente. Daí que o Rei passasse a centrar todo o seu carinho sobre uma nova Escola longe de Lisboa e que ele próprio fosse deixando decair pouco a pouco a Universidade de Lisboa.

Pode conjecturar-se que a decisão de D. João III tenha amadurecido ao longo do ano de 1527, quando a corte se refugiou em Coimbra, por causa da peste que grassava em Lisboa. Ao certo, só em 1532, começa a constar a sua decisão, calando porém com muita diplomacia o nome da nova sede¹⁰, apesar do pedido de várias Câmaras do país e da própria Câmara de Coimbra à qual responde, a 9 de Junho de 1533: «... eu não tenho nisto asentado cousa alguma»¹¹. No entanto, nesse mesmo ano, perguntava a Damião de Góis se seria possível trazer Erasmo para Coimbra, «... onde já tinha ordenado fazer os Estudos que fez»¹².

⁸ Hoje em dia, é o único que subsiste (dos 57 colégios), mas agora como Colégio particular «francês».

⁹ Quicherat, *op. cit.*, I, 127.

¹⁰ F. C. Figueiroa, *Memórias da Universidade de Coimbra*, in: Anuário de 1876-77, 214.

¹¹ Aires de Campos, em Nota às *Cartas dos Reis e dos Infantes*, in: Instituto, 214.

¹² Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra*, I, 382.

Mas, ao mesmo tempo, Évora pela voz das Cortes, e Braga, pela do seu Arcebispo, faziam idêntico pedido, enquanto o corpo docente de Lisboa — já com muito receio — insistia com o Rei, para que mantivesse a Universidade em Lisboa. A prova de que sempre pensara em Coimbra é-nos dada por uma carta, de 9 de Fevereiro de 1537, a Fr. Brás de Braga, o Reformador da Ordem dos Jerónimos que ele escolhera para os Crúzios que eram da Ordem dos Cónegos Regrantes de S.^{to} Agostinho: «Eu sempre fiz fundamento quando determiney mandar fazer esses estudos, de fazer Universidade e Escolas gerais em Coimbra...»¹³.

Fr. Brás de Braga deu início à sua tão espinhosa missão de Reformador dos Crúzios em Outubro de 1527, encontrando pela frente a intransigente relutância dos reformandos. Depois de muitos trabalhos e desgostos, com o apoio da firme vontade real, levou a bom fim a sua tarefa e em 1545 foi escolhido por D. João III para Bispo de Leiria e confirmado pelo Papa nessa Diocese, criada nesse mesmo ano¹⁴.

Na sua acção pedagógica em S.^{to} Cruz, Fr. Brás de Barros (ou de Braga) mandou vir de Paris Mestres de Estudos, fundados por ordem real. Segundo o Dr. Silva Leal, teriam principiado «a ler em Outubro do anno de 1528 em forma de Universidade, para o que se obtiveram Bullas Apostólicas, com privilégios amplíssimos, que se conservão no Archivo do mesmo Mosteiro e na Torre do Tombo»¹⁵.

Rapidamente começaram a acorrer a estes estudos jovens de todos os cantos do Reino. Apesar da afirmação de Silva Leal é mais provável que os cursos regulares em S.^{ta} Cruz só tivessem sido inaugurados em 1535¹⁶.

O certo é que em Março de 1536, escrevia D. João III uma carta que era o primeiro acto directamente intentado no sentido da transferência da Universidade e simultaneamente a ruína do Principal de St. Bárbara: «...por que queria que as artes se nam leam mais em lixboa e mandar que os meus bolseiros de paris se venhão...»¹⁷.

Entretanto, por ordem de D. João III, ia Fr. Brás tratando de erguer dois colégios: o de S.^{to} Agostinho e o de S. João Baptista, destinados

¹³ Aires de Campos, *Cartas...*, 727.

¹⁴ Sobre o governo da Diocese de Leiria por Fr. Brás de Braga, pode consultar-se com muito proveito *O Couseiro ou Memorias do Bispado de Leiria*, I, cap. 118 e ss.

¹⁵ *Discurso Apologetico a respeito do Colégio de S. Pedro*, Lisboa 1733, 393.

¹⁶ Gonçalves Cerejeira, *op. cit.*, I, 79n.

¹⁷ Aires de Campos, *Cartas...*, 585.

aos Estudos Gerais. Junto ao Mosteiro existiam já dois outros colégios: o de Todos-os-Santos e o de S. Miguel, destinados a receber um certo número de colegiais, sustentados pelo Mosteiro. O primeiro era destinado a estudantes de Teologia e Artes e o segundo a canonistas e não: o primeiro para estudantes pobres e o outro para nobres, como alguns pretenderam.

Estes dois últimos colégios ficavam fora das instalações do Mosteiro, nas faldas de Montarroio; e os dois primeiros dentro do Mosteiro. Estes quatro Colégios estão intimamente ligados à transferência da Universidade. A 9 de Fevereiro de 1537, o Rei ordena a Fr. Brás que os novos lentes deveriam iniciar o seu ministério no 1º de Março desse ano. Embora encontremos a Universidade só instalada em Coimbra em Abril e nas Casas do seu Reitor, D. Garcia de Almeida, rapidamente acudiu o Reformador, com alvará régio, ordenando que os lentes de Teologia se mudassem para os Gerais do Mosteiro (os Colégios de S.^{to} Agostinho e de S. João Baptista), onde se lia já latim, grego e filosofia. Em Outubro, as restantes faculdades mudaram-se para as Casas do Reitor nos Paços Reais. Foi o primeiro desmembramento da Universidade.

Em 1538, D. João III transferiu as aulas de Medicina para o Mosteiro, por causa de ficarem na proximidade do Colégio das Artes. Só em 1544 todas as faculdades foram transferidas em definitivo para a parte alta, nos Paços Reais, sendo Reitor D. Fr. de Murça.

5. A fundação do Colégio das Artes

Logo passados poucos anos, começaram a notar-se deficiências na Universidade recém-transferida. Uma delas era o ensino das línguas clássicas. Por isso, logo se pensou, a conselho de Mestre João Fernandes, que era urgente que a Universidade possuísse um Colégio semelhante ao de St. Bárbara, em Paris e ao de Guiana, em Bordéus.

Quanto a D. João III, o seu desejo era acarinhar o mais possível a «sua querida Universidade». O pedagogo escolhido foi o sobrinho de Diogo de Gouveia, nesse momento Principal do Colégio da Guiana, em Bordéus e no dizer de Montaigne: «Le plus grand principal de France»¹⁸. Depois de longas negociações, chega finalmente, no princípio de Abril de 1547, Mestre André de Gouveia, sobrinho de

¹⁸ Mário Brandão, *op. cit.*, I, 64.

Diogo de Gouveia, a *alma mater* da Escola Bordalesa e com ele, em levas separadas, três portugueses e quatro estrangeiros: Groutchy, «*homme très doct, e grand philosophe et bien versé en la cogaissance des sciences humaines*»; Gilbert de Guerentere, «que trocara Galeno pelas Musas»; Arnaldo Fabrício, orador afamado; Elias Vinet, o arqueólogo e matemático e Jorge Buchanan, o grande humanista. E os três portugueses: Diogo Teive, lídimo representante do Humanismo em Portugal; João da Costa que fora Reitor da Universidade em Bordéus e António Mendes, o mais modesto do grupo. Encontraram-se primeiro em Almeirim com o Rei que os trouxe para Lisboa, radiante com tão preciosa aquisição.

Depois de algumas hesitações, o Rei optou por instalar a nova fundação nos Colégios de Todos-os-Santos e de S. Miguel e de alojar os professores nas magníficas casas anexas. Como tudo pertencia ao Mosteiro de S.^{ta} Cruz, foram emprestadas todas as instalações por Fr. Brás de Braga, enquanto não se terminava o edifício destinado ao novo Colégio das Artes.

Evidentemente que não foi possível pôr tudo em condições para se abrir o Colégio em Outubro. A 16 de Novembro de 1547 ficou elaborado o *Regimento do Colégio das Artes*, verdadeiro diploma da fundação da nova Escola. O principal André de Gouveia foi completando o corpo docente, chamando seu irmão Marçal, que ensinara já em França, Braga e ultimamente no Porto. Mestre Eusébio, por provisão régia de 16 de Dezembro foi contratado para a cadeira de Hebreu, donde será mais tarde escorraçado por João da Costa, quando este tiver substituído André de Gouveia. A 14 de Janeiro de 1548, o principal dava posse de escrivão e de capelão a Manuel de Mesquita. Finalmente, a 21 de Fevereiro, dava-se a sessão solene de inauguração, em que mestre Arnaldo Fabricio encheu de pasmo o douto auditório com o seu *Discurso Inaugural*, e no dia seguinte, subiam os lentes bordaleses às suas novas cátedras.

III. D. JOÃO III E A COMPANHIA DE JESUS

É curioso verificar que as opiniões, conforme as fontes e as tradições sobre D. João III e sobre a Companhia de Jesus em Portugal, são quase sempre solidárias. Para uma opinião, derivada de determinada tradição ideológica, D. João III e a Companhia representam os símbolos máximos da intolerância, do obscurantismo e do fanatismo.

Para outra opinião, já mais fundada em documentação autêntica, D. João III e a Companhia passam a ser merecedores do maior respeito e admiração. Quando D. João III é detestado é-o também a Companhia e vice-versa. Quando a Companhia é reconhecida e admirada é-o também D. João III.

1. A tradição informativa portuguesa sobre a Companhia de Jesus¹⁹

Segundo Theiner²⁰ a *Deducção chronologica e analitica*²¹ é «a obra porventura mais importante de quantas se têm publicado contra os Jesuítas» e, segundo João Lúcio de Azevedo, «dos mais rijos golpes desfechados contra a Companhia de Jesus»²².

«Dois grossos volumes e o terceiro de *Provas*, excerptos e documentos em abono do texto, composição de estylo duro e fastidiosa leitura, abundante em factos, mal interpretados uns, aleivosos outros, sem autoridade para o imparcial estudo da questão, mas que aparecendo em plena refrega, resoaram na Europa com um fragor de mina que estoira, destroçando muralhas.»²³

É sabida a tese geral desta obra: até à entrada dos Jesuítas, Portugal foi culto, próspero e poderoso; com eles, as letras agonizam, o comércio definha, a navegação e o poder militar decaem... Desde o reinado de D. João III, os Jesuítas conseguem introduzir-se na Universidade e arruinam a instrução. Não deixa de ser muito estranho que a *Deducção chronologica*, para explicar toda esta decadência, particularmente nas letras e ciências, nunca faça qualquer alusão à Inquisição: o que parece desvendar muito significativamente que a paternidade desta teoria é atribuível a alguém que, apesar das críticas escarminhas de Choiseul e dos Enciclopedistas, não podia prescindir dessa instituição para firmar o seu poder.

Hoje já não há dúvida de que o autor da *Deducção chronologica e analitica* é Sebastião José de Carvalho e Mello. Além de outras

¹⁹ Para maior desenvolvimento deste tema remetemos para o nosso artigo, *Os jesuítas pioneiros relativamente a Galileu?*, in: Brotéria (Maio-Junho 1988) 499-518.

²⁰ *Histoire du Pontificat de Clément XIV*, trad. fr., Paris 1852, I, 94.

²¹ Os dois primeiros volumes trazem a data de 1767 e o terceiro de 1768.

²² *O Marquês de Pombal e a sua época*, 1922, 288.

²³ *Ibid.*, 288.

provas, Luiz Antonio Verney e Antonio Pereira de Figueiredo, nas *Cartas aos Padres da Congregação do Oratório de Goa*, dizem explicitamente:

«V^a Rma procure em Goa quem lhe empreste a Deducção chronologica e analitica (da qual eu sei que Sr. Marquez seo Autor mandou para lá muitos exemplares) e por ella saberá o que fizeram em duzentos annos os jesuitas em Portugal.»²⁴.

Foi precisamente a esta fonte de incongruências que, durante séculos, a generalidade da cultura portuguesa veio beber, mais ou menos conscientemente, o que tinha a dizer sobre os Jesuítas: por um lado, na linha da nossa «memória histórica» que, sobretudo desde os regimes absolutistas, nos tem sido veiculada em termos de poder e de ideologia estatal; por outro, porque dada a ausência dos acusados, se tornava mais fácil a divulgação do que se pretendia: no caso dos Jesuítas, trata-se de uma ausência de nada menos de um séculos, de 1759 a 1858.

O Compendio Historico do Estado da Universidade de Coimbra, no tempo da invasão dos denominados jesuitas e dos estragos feitos nas sciências..., como estudo prévio à Reforma Pombalina da Universidade acerca dos maleficios dos jesuitas no ensino, assinado pelo Cardeal da Cunha, o Bispo de beja, o Marquez de Pombal, Joseph Seabra da Sylva, etc. será outra fonte de informação acerca dos Jesuítas. Mas retoma exactamente a mesma perspectiva da *Deducção chronologica*, transformando-se, por vezes, numa cópia.

«Em logar dellas (a poetica, a rhetorica, a geometria, a arithmetica, a astronomia etc.) plantaram na Universidade de Coimbra a venenosa rayz da physica escolastica... Confundiram o estudo pratico com o teorico... Deixaram no silencio o estudo dda experiencia... E assentaram emfim contra as demonstrações

²⁴ Nova-Goa: Imprensa Nacional 1858, 18 (B.N.L., H.G. 6862 V). O próprio José Seabra da Silva, dado como autor no frontespício dos 3 vols., declara num autógrafa, encontrado no Cartório da Casa da Baía, não ser ele o autor da *Deducção chronologica*. Além disso, é sabido que Sebastião José de Carvalho e Mello tem outras obras com título semelhante: v.g. *Deducção chronologica de algumas infracções dos tratados de paz, praticadas pelos Ingleses*. De qualquer forma o manuscrito dos 3 vols. existentes na B.N.L. (Pomb. 444-446), corrigidos e aumentados pela tão característica grafia de Pombal, tiram todas as dúvidas.

dos experimentos os argumentos da rançosa philosophia peripatética...»²⁵

Por esta passagem, até parece que os Jesuítas tinham, em Coimbra, a responsabilidade da Universidade: o que não é verdade. D. João III e os demais reis, em Coimbra, confiaram-lhes apenas o Colégio das Artes, ou seja, as Escolas Menores com relação às Escolas Maiores, que pertenceram sempre à Universidade.

Pinheiro Chagas não conhece outro ponto de vista:

«... Esta medida (Decreto de expulsão dos Jesuítas) foi altamente justa, altamente sensata, altamente proveitosa para o país e, sem negarmos que podia ter havido menos aspereza na execução, nem por isso podemos deixar de confessar que esta resolução do Conde de Oeiras foi uma das que mais o honram, tanto que a Europa toda seguiu o seu exemplo. Portugal ficou limpo da lepra.»²⁶

E serão «legião» os que em catadupa vão seguir esta ideologia legada por Sebastião José de Carvalho e Mello em muitíssimos dos seus escritos, depois traduzidos nas principais línguas da Europa, em Lisboa ou em Roma, com a colaboração do seu primo Francisco de Almada e Mendonça que Sebastião José conseguiu colocar como Embaixador junto da S. Sé, depois da expulsão de Lisboa do Núncio Apostólico Filipe Acciaiuoli²⁷.

²⁵ *Compendio Historico...*, Lisboa: Regia Officina 1771, 297-348. Em Inocência, II, 94, o *Compendio Historico...*, é atribuído a Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho e a João Pereira Ramos Azevedo Coutinho. Para esta súpula que apresentamos do *Compendio Historico...*, cf. Lino d' Assumpção, *Historia Geral dos Jesuítas*, Lisboa 1901, 398.

²⁶ *História de Portugal*, vol. 6, Lisboa 1899-1903, cap. XXVI, 568.

²⁷ Hoje ainda é esta concepção tenebrosa sobre os Jesuítas que leva muitos intelectuais do nosso país a atribuir a mentalidade e a direcção da Inquisição à Companhia de Jesus (quando, na verdade, foi ela a vítima; basta recordar o caso do Pe. António Vieira e o auto-de-fé do Pe. Malagrida em pleno Rossio) e continuar a ler factos recentes com os ditos óculos tenebrosos. Neste sentido é estranhamente sintomático o artigo de Maria José Mauperrin, sobre Almada Negreiros na Revista do *Expresso* de 3 de Abril de 1993. Nas 7 páginas do seu artigo, a autora — *apesar de não conseguir aduzir um único testemunho documental* (ou de Almada ou dos autores que cita) *contra os Jesuítas* —, no entanto, ao longo do seu texto vai constantemente infiltrando reflexões pessoais, todas filhas dessa concepção tenebrosa acerca dos Jesuítas. Limitemo-nos a três exemplos. Referindo-se à infância e juventude de Almada: «Cede demais lhe iriam encerrar o corpo pequeno e franzino

2. D. João III, o primeiro Rei a chamar os Jesuítas

A 23 de Agosto de 1539, chegava a Roma uma carta de D. João III dirigida ao seu Embaixador, D. Pedro Mascarenhas, de forma muito solene²⁸. Pedia-lhe missionários para as terras recém-descobertas. Neste sentido, insistia com o seu Embaixador que conseguisse todas as informações necessárias acerca de uns novos clérigos que teriam acabado de chegar à Itália²⁹.

Na origem desta carta de D. João III e das diligências do seu Embaixador está o velho Principal da Sorbonne, Diogo de Gouveia (de que falámos longamente). Conhecendo muito bem as intenções do Rei e tendo tido, ao mesmo tempo, conhecimento de que Inácio de Loyola com o seu pequeno grupo trabalhavam já na Itália, por não terem podido passar à Palestina, decidiu escrever aos seus antigos e muito estimados discípulos de St. Bárbara, para os convidar a virem para a Índia, como missionários. No mesmo sentido escreve a Simão Rodrigues³⁰ e, pouco depois, a D. João III sobre o mesmo assunto³¹.

Tão bem se desempenhou D. Pedro da sua missão, que depois de muitos dares e tomares, consegue que o Papa aprovasse as negociações e tudo remetesse à decisão do pequeno grupo de companheiros.

em catres austeros, corredores sombrios e hábitos negros de padres repressores» (11R., 1ª col.). Por certo que a autora nunca terá entrado no Colégio de Campolide para se atrever a falar de «corredores sombrios», onde há luz a jorros e cores variadíssimas por todos os lados. Felizmente que a Universidade Nova, antes de restaurar o edifício, teve a feliz iniciativa de tirar uma belíssima colecção de diapositivos dos interiores. O segundo exemplo: E porque os Jesuítas «lhe [a Almada Negreiros] permitiram o luxo de um quarto particular», a autora, sem qualquer prova, avança a sua maldosa explicação: já que «a solidão tem manhas para se povoar de fantasmas e demónios, disso sabiam os Jesuítas por experiência vivida» e, por isso, o puseram «fora da promíscua camarata» (12R., 2ª col.). Outra aleivosa insinuação vem numa hipótese levantada, de forma totalmente gratuita, pela autora: «Os anos que passou nos Jesuítas» — não o terão levado — «mais longe na agressividade à hipocrisia, à mediocridade?» (15R., 1ª col.).

²⁸ *Corpo Diplomático*, IV, 104; 109-110; 111. Fr. Rodrigues, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, I, 217-218.

²⁹ *Corpo Diplomático*, IV, 104-105.

³⁰ Simão Rodrigues era um dos 50 bolseiros portugueses de que falámos em II.3. Em St. Bárbara, vão juntar-se alguns de outras nacionalidades. Aqui se formará o primeiro grupo de Jesuítas. É também certo que Calvino, num desses anos (1533) conviveu em St. Bárbara com aqueles que haviam de formar esse grupo.

³¹ *Corpo Chronológico*, P.I, maçõ 60, doc. 119.

É assim que a 11 de Março de 1540, o Embaixador pode comunicar a D. João III que partiria de Roma a 15, tendo conseguido obter dois Jesuítas³². Tendo, com efeito saído a 15 de Março, chega a Lisboa com Francisco Xavier em finais de Junho. O outro, Simão Rodrigues, que viajara por mar, por motivo de doença, já tinha chegado a Lisboa, a 17 de Abril.

Com a partida de Xavier para a Índia a 7 de Abril de 1541, D. João III, por meio de acontecimentos aparentemente tão banais, vai pôr a Companhia de Jesus em Portugal «em estado de expedição missionária permanente».

Logo a seguir, a 5 de Janeiro de 1542, Simão Rodrigues com mais seis jesuítas (que até aí tinham morado numa espécie de hospedaria, ao lado do Palácio dos Estáus) passam para aquela que será a *primeiríssima Casa que os Jesuítas possuirão como própria, no mundo inteiro*, o Convento de S.^{to} Antão-o-Velho, que D. João III acabava de lhes ceder.

Imediatamente depois, D. João III, de sua própria iniciativa, dá-lhes em Coimbra, junto da Universidade, umas casas que serão o primeiro núcleo do Colégio de Jesus. Assim, a 9 de Junho de 1542, Simão Rodrigues com mais doze companheiros parte para Coimbra, para fundar a *primeira Casa de formação que teve a Companhia, como própria, no mundo inteiro*.

Quando as cartas de Xavier, enviadas do Oriente, começaram a tornar-se mais frequentes e regulares assistiremos no Colégio de Coimbra a um autêntico Pentecostes.

Depois da morte de D. João III, a 11 de Junho de 1577, o pequeno grupo já tinha enviado para o Oriente e para o Brasil, 15 expedições missionárias. Estava fundada a primeira Província administrativa da Companhia de Jesus: a de Portugal. Tinham sido criadas Missões em Goa, Marrocos, Brasil, Angola, Guiné, Cafreria, Etiópia. E um Jesuíta acabava de penetrar na China, no seguimento do sonho de Xavier.

3. D. João III e a progressiva expansão dos Colégios da Companhia

De início, o fundador excluía os Colégios do seu projecto apostólico. É por isso que os primeiros Jesuítas só vêm como missionários, que Inácio quer de uma *mobilidade constante, à procura do serviço*

³² *Corpo Diplomático*, IV, 292.

mais urgente e eficaz. Daí que todos os primeiros saídos de Lisboa vão ser, de certo modo, outros tantos Franciscos Xavier, acima de tudo «estrategas missionários» à procura dos melhores caminhos e dos melhores métodos de evangelização.

A partir das experiências de Xavier no Colégio de Goa e de Pedro Canísio nas terras do Luteranismo também com colégios, vão seguir-se as eficazes tentativas dos Colégios de Gandia em 1546 e de Messina em 1548, que levarão definitivamente o fundador à conclusão de que os Colégios, do ponto de vista evangelizador se revelam, por um lado, preciosos focos multiplicadores de agentes missionários e, por outro, sobretudo na Europa, um meio de estratégia providencial para eliminar o emprego das armas violentas da Inquisição, para insistir na formação das consciências.

É assim que, a partir de 1551, Inácio de Loyola escreve aos Provinciais de Espanha e de Portugal, a D. João III e a D. Filipe II sobre a excepcional importância dos colégios, como meios de transformação da sociedade.

Tal decisão só vem ao encontro da grande renovação cultural que D. João III de há muito vinha realizando em Portugal. Assim, logo nascem os dois primeiros colégios em 1553: o de S.^{to} Antão-o-Velho, na mesmíssima casa cedida pelo Rei, na Mouraria, que daí em diante, mais conhecido sob o nome de «Coleginho» será o *primeiríssimo colégio dos Jesuítas em Portugal*³³. O de Évora, embora solenemente inaugurado antes do de Lisboa, a 28 de Agosto de 1553, tomará o nome de Colégio do Espírito Santo³⁴, será muito em breve reforçado com um curso de Artes, inaugurado em Outubro de 1556 e, em 1559, elevado à categoria de Universidade. E em 1555, o célebre Colégio das Artes, que tantas preocupações e tanta dedicação custou ao Rei, é por ele transferido para as mãos da Companhia em Coimbra.

Como vimos, desde há muito tempo que D. João III tinha desencadeado um importante movimento de renovação cultural: enviar a muitos bolseiros às Universidades da Europa; mandara vir destas professores competentes; restaurara os estudos de S.^{ta} Cruz de Coimbra e em muitos conventos; em 1537 transferira definitivamente a Universidade; fundara em Coimbra, Porto, Braga, Bragança e Oli-

³³ Para um estudo mais aprofundado pode consultar-se o nosso artigo, *A primeiríssima Casa da Companhia de Jesus no Mundo e a expansão missionária portuguesa*, in: Brotéria (Fevereiro 1990) 204-212.

³⁴ *Litt. Quadr.*, VI, 853.

vença colégios de gramática e de humanidades e dera todo o seu apoio a uma multidão de escolas que viviam à sombra das catedrais e dos conventos. Mas com o aparecimento destes três colégios da Companhia, chovem pedidos de numerosíssimas Câmaras do país que desejam também ter o seu Colégio e a juventude, de norte a sul, é sacudida por uma estranha atracção para esses novos centros de ensino. Em Lisboa, a primeira aula que se abriu no «Coleginho» teve de receber mais de 200 alunos; tornou-se necessário aumentar de imediato o pequeno convento e muito em breve pensar no Colégio que deveria ser o maior de toda a Península: o de S.^{to} Antão-o-Novo, hoje o Hospital de S. José.

A primeira grande fonte, onde os colégios iam haurir os meios imensos de que tinham necessidade para o seu sustentamento e desenvolvimento, era a inesgotável generosidade do Rei. Socorria tanto as instituições públicas como privadas.

Numa carta de 1546, Inácio notava a propósito do Colégio de Jesus que a liberalidade do Rei era tão grande que dava tudo aquilo que o colégio necessitava para sua manutenção. Segundo a opinião de Polanco, D. João III gastaria, por ano, só para o Colégio de Coimbra, mais de 3 000 cruzados. Para não sobrecarregar o Tesouro Real, atribuía ao Colégio vários bens imóveis e várias rendas.

A ajuda prestada pelo rei e o grande sucesso dos colégios desencadearam no reino uma explosão de novas fundações, que chegaram a pôr em perigo esta pequena província jesuítica; pois, além das 361 expedições missionárias que teve de enviar para o ultramar durante 215 anos, tinha de fazer face à necessidade de pessoal docente para os 30 colégios, seminários e a universidade de Évora. Alguns exemplos ao longo destes 200 anos: em 1560 foi a fundação dos colégios do Porto e Braga; em 1561, do de Bragança; em 1563, do de S. Manços de Évora; em 1570, dos do Funchal e de Angra; em 1575, do de Luanda (que dependia da metrópole); em 1577, do de N.^a S.^a da Purificação de Évora; em 1583, do da Madre de Deus, também em Évora; em 1591, do de Ponta Delgada; em 1593, do de S. Patrício, em Lisboa; em 1599, do de Santiago, em Faro; em 1605, do de S. Sebastião em Portalegre; em 1621 do de Santarém; em 1623, do de S. Salvador do Congo; em 1644, do de Elvas; em 1652, do do Faial; em 1655, do de Setúbal; em 1660, do de Portimão; em 1670, do de Beja; em 1677, do de S. Francisco Xavier, em Lisboa; em 1735, do de Vila-Viçosa; e em 1739, do de Gouveia.

Numa população de cerca de milhão e meio, consegue esta instituição — com muita entrega e sacrifício, é certo — encontrar pessoal para alimentar o que muitos historiadores chamam «...a primeira rede nacional de ensino», não só em Portugal mas em quase todos os países da Europa; fundar missões em todos os pontos do globo: desde as Ilhas do «querido povo do Japão» — como diria Xavier — até aos extremos da Amazónia³⁵.

IV. ACÇÃO CULTURAL DA COMPANHIA DE JESUS, NO CONTINENTE PORTUGUÊS DURANTE O 1º PERÍODO (1540-1759)

Montaram uma rede escolar com 26 colégios, 1 Universidade e 2 escolas.

1. *Número de Alunos.* Não podemos dispor de uma estatística com o número total de alunos. Sabemos, no entanto, que em 1598 o Colégio de S.^{to} Antão-o-Novo tinha 1 800; o das Artes em Coimbra, em 1594, 2 000 e a Universidade de Évora, em 1592, 1 600.

2. *Disciplinas ministradas.* No Colégio das Artes de Coimbra: 11 cadeiras de Gramática, Latinidade, Humanidades e Retórica; 2 de Grego e Hebraico; 4 de Filosofia; 1 de matemática; e exclusivamente para os estudantes Jesuítas: 2 de Teologia Moral; 3 de Teologia Especulativa e 1 de Sagrada Escritura.

Na Universidade de Évora: 2 de ler e escrever; 4 de Gramática; 2 de Humanidades; 2 de Retórica; 1 de Matemática; 4 de Filosofia; e 6 de Teologia.

No Colégio de S. Antão: 9 de Gramática, Humanidades e Retórica; 1 de Filosofia; 3 de Teologia e 1 de Matemática e Astronomia.

3. *Especialistas em Latim, Grego e Hebraico.* Primeiros anos: Cypriano Soares, Pedro Perpilhão e Manuel Álvares; Até finais do séc. XVI: Gaspar Gonçalves, Luís da Cruz, Diogo Fernandes, Francisco Martins, Vasco Pires, Manuel Goes, Manuel de Sá; Séc. XVII: Brás Viegas, Pedro da Fonseca, Sebastião Barradas, Paulo Ferrer, Bento Fernandes, Francisco de Mendonça, António Fernandes, Manuel

³⁵ Para aprofundar este tema remetemos para o nosso artigo, *D. João III e Inácio de Loyola*, in: *Brotéria* (Jan. 1992) 64-85; trabalho já anteriormente apresentado no Congresso de Bilbao: *Inácio de Loyola e o seu tempo*, em Setembro de 1991.

Monteiro, Francisco de Macedo, Bento Pereira; Séc. XVIII: Luís de Almeida, António Franco, Pedro Sena, João Caeiro, Francisco Duarte, Manuel de Azevedo.

4. *Especialistas em didáctica escolar*. Manuel Álvares (*Gramática latina* com mais de 600 edições), Bento Pereira, Francisco Aranha, Pedro de Almeida, Manuel de Azevedo, António Vellez, António Franco.

5. *Especialistas em oratória*. Séc. XVII: Luís Álvares, Francisco de Mendonça, António Vieira, M. Francisco do Amaral, Gaspar Fernandes, Bartolomeu Pereira, Bartolomeu Guerreiro, Luís Cardeira, António de Sá, Manoel dos Reis, João Coutinho, Manuel da Silva, Luís Álvares, Baltazar Telles, José de Seixas, Manuel Luís; Séc. XVIII: António de Morim, Simão da Gama, Manuel de Sá.

6. *Especialistas em investigação histórica*. Séc. XVI: João de Lucerna, Baltazar Telles (que aproveitou muito dos manuscritos de outros historiadores anteriores: Álvaro Lobo e Manuel de Almeida), Camillo Beccari (que, por sua vez, há-de aproveitar dos manuscritos de Manuel de Almeida, Pero Paes e Manuel Barradas); Séc. XVII: Simão de Vasconcellos, João Philippe Betendorf, António Leite, Bartolomeu Guerreiro, António Francisco Cardim, Fernão Cardim, Fernão Guerreiro, Manuel da Veiga, Manuel Godinho, André Gomes; Séc. XVIII: José de Moraes, Francisco de Sousa, António Franco, António Cordeiro, André de Barros.

7. *Especialistas em Ascética*. António de Vasconcellos, Diogo Monteiro, Luís Brandão, Manuel Fernandes, António Carneiro, Alexandre de Gusmão, Francisco Ayres, João da Fonseca.

8. *Especialistas em Exegese Bíblica*. Séc. XVI: Manuel de Sá, Brás Viegas; Sécs. XVI e XVII: Sebastião Barradas, João Freire, Cosme de Magalhães; Séc. XVIII: Francisco de Mendonça, Bento Fernandes, António Fernandes, Lucas Velloso, Luís Álvares.

9. *Especialistas em Teologia Especulativa*. Séc. XVI: Francisco Suarez (granatense), Luís de Molina; Séc. XVII: Cristóvão Gil, Diogo de Areda, Manuel da Veiga, Agostinho Lourenço, António Cordeiro; Séc. XVIII: Francisco de Sande, José de Araújo, Manuel Marques.

10. *Especialistas em Teologia Moral*. Séc. XVI: Francisco Suarez, Luís de Molina; Séc. XVII: Manuel de Sá, Fernão Rebello, Estêvão Fagundes, Baptista Frago, Francisco de Gouveia, Gaspar de Miranda, Francisco Pinheiro, Manuel Cordeiro, Sebastião de Abreu, António Cordeiro, Manuel Pereira.

11. *Especialistas em Filosofia*. Séc. XVI: Manuel de Goes, Cosme de Magalhães, Baltazar Álvares, Sebastião do Couto, Pedro da Fonseca, Baltazar Telles, Francisco Soares (Iusitano); Séc. XVII: Agostinho Lourenço, António Cordeiro; Séc. XVIII: Francisco Ribeiro, Silvestre Aranha, Inácio Monteiro.

12. *Especialistas em Matemáticas (incluindo os estrangeiros enviados pelo geral para Portugal)*. Séc. XVI: Francisco Rodrigues, João Delgado; Séc. XVII: Francisco Costa, António Castello Branco, Manuel Dias, Cristóvão Borri, Inácio Stafford, Simão Fallonio, Tomás Berton, João Riston, Tomás Audueno, Hugo Colano, João Paschásio Ciermans (Cosmander), Henrique Uvens, João da Costa, Bartolomeu Duarte, Valentim Estancel, João dos Reis (König), Manuel do Amaral, Tomás Pereira; Séc. XVIII: João de Albuquerque, Lourenço Rodrigues, Inácio Vieira, Luís Gonzaga, Francisco Musarra, Domingos Capassi, João Baptista Carbone, Diogo Soares, Manuel de Campos, Inácio Monteiro, Eusébio da Veiga, Dinis Franco, Bernardo de Oliveira, José Teixeira, Estêvão Cabral, João Mendes, António Simões, Inácio Martins, Francisco Gião, Tomé de Campos, Francisco Ribeiro, António Monteiro, Sebastião de Abreu.

13. *Especialistas em Botânica*. João Loureiro, Francisco Faria e Aragão.

14. *Especialistas em Cartografia*. Domingos Capassi, João Baptista Carbone, Diogo Soares, Manuel de Campos, Félix da Rocha, José de Espinha, Francisco Cardoso.

15. *A Arte Dramática*. Damos a seguir o número de peças representadas nos vários Colégios. Séc. XVI: de Lisboa, 9 peças de teatro; da Universidade de Évora, 14; do Colégio de Coimbra, 7; do Colégio de Braga, 3; do Colégio de Bragança, 1; do Colégio da Baía, 1; do Colégio de Goa, 3; do Colégio de Rachol, 1; do Colégio de Chaúl, 1; Séc. XVII: no Colégio de Coimbra, 5; no Colégio de Lisboa, 3; na Universidade de Évora, 5; no Colégio de Braga, 1; no Colégio de

Portalegre, 1; no Colégio de Goa, 2; no Colégio de Meliapor, 1; no Colégio do Congo, 2; no Colégio de Cranganor, 1; no Colégio de Candelur (Maduré), 1; Séc. XVIII: no Colégio de Lisboa, 7; na Universidade de Évora, 3; no Colégio de Coimbra, 2; no Colégio de Santarém, 1; no Colégio de Braga, 1.

16. *Compositores musicais*. José Leite, Cristóvão da Fonseca, Francisco Garcia, Luís Cardeira, Francisco Marques, Tomás Pereira, Ir. Manuel Rodrigues.

17. *Pintores de renome*. Manuel Álvares, Ir. João de Mayorga, Domingos da Cunha, Manuel Henrique.

18. *Arquitectos de nomeada*. João de Faria, Silvestre Jorge, João Delgado, Bartolomeu Duarte, Francisco Dias, Domingos Fernandes.

19. *Arte tipográfica*. Em Portugal, montaram-se duas oficinas tipográficas: uma na Universidade de Évora e outra no Colégio das Artes. Em terra de ultramar: seis.

20. *Membros de Academias Científicas*. Da Academia Real das Ciências de Lisboa (fundada em 1720): Estêvão Cabral, João Loureiro; da Academia Real de História: André de Barros, António Simões, Bartolomeu de Vasconcellos, Jeronymo de Castilho, Manuel de Campos, Pedro de Almeida (como efectivos); Ângelo dos Reis, Francisco Maria del Rosso, Luís de Carvalho, Manuel de Sá (como supranumerários); da Academia de Ciências de S. Petersburgo: André Pereira, Domingos Pinheiro, Félix da Rocha, Floriano Bahr.

V. ACÇÃO CULTURAL DA COMPANHIA DE JESUS NO PADROADO PORTUGUÊS ³⁶

1. *Nas Províncias de Goa e Malabar*. Centros de ensino: Prov. de Goa: 9 Colégios (S. Paulo, Baçaim, Rachol, Damão, Taná, Diu, Chaúl, Moçambique, Agra); 4 Seminários (S. Fé, Baçaim, Rachol e Taná); Prov. do Malabar: 13 Colégios (Cochim, Malaca, Tuticorim, Meliapor, Ternate, Cranganor, Columbo, Jaffanapatão, Bengala, Ambalacata, Topo, Coulão, Megapatão); 4 Seminários (Vaipicota, Coulão, Tuticorim, Meliapor).

³⁶ Dado o espaço de que dispomos, deixaremos apenas linhas muito gerais.

Recolha de conhecimentos geográficos e etnológicos: a imensíssima quantidade de *Cartas Ánuas* sobre a Índia, Mogol, Tibet, Siam, Annam e Conchichina.

Obras e estudos linguísticos: Catecismos, Vocabulários, Gramáticas e Dicionários, em língua tAMIL, cocaní, canari, sânscrita, singalesa (Ceilão), da Conchichina, Sião e Annam.

Arte tipográfica: desde 1556 montaram os Jesuítas uma tipografia em Goa, com caracteres das várias línguas do Oriente, no Colégio de Rachol de 1616 a 1668 e nos Colégios de Vaipicota e Ambalacata. Também transportaram uma para a Etiópia.

2. *Na Província do Japão.* Centros de ensino: 10 Colégios em 1581 (Omura, Nagasaki, Arima, Amacusa, Firando, Hataca, Satsuma, Funay, Anzukiam, Meaco); 4 Seminários (Arima, Tacaccuqui, Anzuquiam, Macau).

Estudos geográficos e históricos e etnográficos: Impossível de fazer a enumeração. O que mais sobressai é a *História de Japan*, do Pe. Luís Fróis, traduzida em japonês, em 10 volumes.

Estudos linguísticos: variadíssimas Gramáticas, Vocabulários e Dicionários. O que adquiriu maior fama é a *Arte da língua de Japan*, do Pe. João Rodrigues (Tçuçu) de Sernancelhe.

Arte tipográfica: a tipografia que o Pe. Valignano trouxe para Goa, passou pelos Colégios do Japão, para se imprimirem muitos livros em caracteres japoneses.

3. *Na Vice-Província da China.* Centros de ensino: o Colégio da Madre de Deus em Macau (que foi o primeiro a passar graus académicos); na China: 4 Colégios (Pequim, Nanquim, Hanchou, Cancheu); 1 Seminário em Macau.

O chinês como língua litúrgica: conseguiram os Jesuítas, em Roma, várias adaptações da Liturgia à mentalidade chinesa: como poder celebrar de cabeça coberta; a tradução em chinês dos Livros Sagrados e a adopção da língua chinesa como língua litúrgica.

Estudos linguísticos: sendo impossível numerar todos os autores, salientam-se as variadíssimas Gramáticas, Vocabulários e Dicionários.

Obras em chinês: até 1639 publicaram os Jesuítas na China, 131 volumes sobre religião, 55 sobre física, 160 sobre matemática e astronomia, vários sobre lógica e metafísica, etc.

Papel dos matemáticos jesuítas no Palácio do Imperador: três jesuítas conseguem a reforma do calendário chinês, em 1639. Foram

oito os jesuítas que em Pequim foram presidentes do Tribunal das Matemáticas. Alguns tiveram honras de funerais oficiais em todo o Império.

Nomes de jesuítas portugueses matemáticos na China: Gabriel de Magalhães (auxiliar do Pe. Adão Schall), Manuel Dias, Tomás Pereira (foi graças a este que o Imperador promulgou, em 1692, o famoso decreto que concedia liberdade à religião cristã, em todo o Império), Francisco Cardoso (encarregado pelo Imperador de traçar os mapas das diversas regiões da China), André Pereira, Domingos Pinheiro, Félix da Rocha (que foi presidente do Tribunal), José de Espinha (que sucedeu ao anterior como Presidente), André Rodrigues, José Bernardo de Almeida (o último jesuíta que desempenhou as funções de presidente do Tribunal de Astronomia).

Arte tipográfica: havia também uma tipografia em Macau (além de Goa) para impressão de livros em chinês.

4. *Província do Brasil e Vice-Província do Maranhão.* Centros de ensino: Prov. do Brasil: 9 colégios (Baía, Rio, Olinda, S. Paulo, Espírito Santo, Recife, Paraíba, Parnaguá, Santos) e 3 escolas de ler e escrever; 4 seminários (Cachoeiras, Paraíba, Parnaguá, Baía); Vice-Prov. do Maranhão: 2 colégios (S. Luís do Maranhão, Pará) e 2 escolas de ler e escrever; 6 seminários (Pará, Maranhão, Parnaíba, Simbaiba, Guanarés, Camulá).

Estudos geográficos e etnológicos: variadíssimas Relações e Crônicas, além das *Cartas Ânuaas*.

Estudos linguísticos: uma quantidade enorme de Gramáticas e Vocabulários em língua tupi e em língua brasílica.

Obras religiosas e científicas: apesar da fúria anticlerical que, nos sécs. XVIII e XIX, destruiu grande parte deste rico espólio, Serafim Leite ainda conseguiu fornecer esta impressionante estatística: obras de Astronomia, 4; de Cartografia, 11; de Ciências Naturais, 7; de Etnografia, 23; de Corografia, 4; de Filosofia, 15; de Fisiografia e Economia, 7; de Geografia, 8; de Linguística, 25; de Matemática, 5; de Náutica, 2; de Pedagogia, 4; de Ascética e Mística, 17; de Catecismos, 21; de Hagiografia, 35; de Sagrada Escritura, 7; de Teologia Dogmática, 7; de Teologia Moral e Direito, 42; de Teologia Pastoral, 6; de Epistolografia, 387; de Biografia, 45; de Apologia, 15; de História, 115; de Letras e Humanidades, 4; de Novelas, 2; de Oratória, 44; de Poesia, 54. Uma obra científica correspondente a 927 escritores, em todos os ramos das ciências e das letras.

Explicitando algumas dessas obras: *o Compêndio de Doutrina Cristã*, do Pe. Betendorf; *o Catecismo em língua brasílica*, do Pe. António de Araújo; *o Catecismo na língua dos Ingaybas*, por Manuel Nunes; e *o Catecismo em seis línguas nativas*, pelo Pe. António Vieira. E, enfim, o livro de Medicina, *Collecção de várias receitas*, impresso em 1766.

Ensino de artes e ofícios nos Colégios: Serafim Leite elaborou ainda uma resenha rigorosa de nomes de jesuítas que praticavam e ensinavam, sobretudo nos Colégios, as várias artes e ofícios: architectos e mestres-de-obras, 21; pedreiros, canteiros e marmoreiros, 16; carpinteiros, entalhadores, embutidores, marceneiros, tanoeiros e torneiros, 57; construtores navais, 5; ferreiros, serralheiros e fundidores, 3; oleiros, barristas e azulejos, 9; escultores e estatuários, 11; pintores, douradores, 25; cantores, músicos e regentes de coro, 12; alfaiates e bordadores, 27; sapateiros, 6; de pescarias, 7; enfermeiros e cirurgiões, 109; boticários, 45; mestres de meninos, 29, bibliotecários, tipógrafos e impressores, 9; pilotos, 11; barbeiros e cabeleireiros, 5; geógrafos e cartógrafos, 2; ourives, 2; fabricantes de papel, 1; químicos, 2; directores de relógio, 1.

Funcionava em Pernambuco uma tipografia, mas provavelmente não pertenceria à Companhia.

VI. PRINCÍPIOS EM QUE SE BASEAVA A ACÇÃO CULTURAL DOS JESUÍTAS

O princípio fundamental derivava do seu carisma essencialmente missionário, uma vez que os colégios foram introduzidos na medida em que foram solicitados, à nascença, pela acção evangelizadora. Esta baseava-se fundamentalmente no princípio do serviço mais urgente e eficaz da Igreja universal. Isto é: a necessidade mais urgente e universal para o maior bem do homem, numa determinada situação muito concreta, mas vista a partir do Papa, que em princípio tem a visão mais ampla e oportuna das necessidades da Humanidade³⁷. O que vai exigir que os centros de ensino se saibam pôr em estado de mudança e actualização permanentes, como do missionário que se soubesse pôr num estado de «... peregrinar» constante para não cair no imobilismo.

³⁷ Foi desta perspectiva que nasceu na Companhia, logo nas primeiras linhas redigidas para as Constituições, o voto especial que fazem os professos *de especial obediência ao Papa*.

Outro princípio inerente à missionação era o de serem «peritos em humanidade», isto é: de conhecer previamente a história, a língua, os costumes e a maneira de ser dos povos a evangelizar. Princípio este que, transposto para os colégios, equivalia àquilo que hoje chamamos «personalização do ensino», que exigia uma atenção constante às mutações culturais, sociais e até políticas para «inculturar» a Boa Nova, no aluno concreto, «com toda a sua circunstância».

Estes princípios derivados da forma de evangelizar, foram aplicados aqui e além, com maior ou menor discernimento, com maior ou menor coragem, contra todas as formas de imobilismo e de rotina. Mas, em toda a parte — quer directamente nos centros de ensino da Europa, quer directamente em terras de missão —, estes princípios foram sempre a causa das maiores perseguições e exílios sofridos pela Companhia. A sua supressão no mundo inteiro, por Clemente XIV, está, por um lado, estreitamente dependente da chamada «questão dos ritos» em terras de missão e, por outro lado, na Europa, dependente da sua intransigente determinação de não se deixar manipular pelo *status quo* político (concretamente os monopólios dos absolutismos reais e os regalismos de várias cores).

VII. DEFICIÊNCIAS DA ACÇÃO CULTURAL DA COMPANHIA DE JESUS EM PORTUGAL

Limitemo-nos a duas principais.

A primeira deficiência dos jesuítas portugueses, nos centros de ensino e logo desde a primeira hora, foi a fraca inclinação para as matemáticas e as ciências exactas.

Um dos maiores historiadores, o Pe. Francisco Rodrigues, a propósito do Colégio das Artes em Coimbra, em 1944, na sua grande obra, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*:

«Temos porém de confessar que passou a escola elementar de matemática por suas fases de maior ou menor prosperidade. *Como faltava entre os portugueses, para o progresso e fervor destes estudos, o necessário estímulo da utilidade prática, nem esses prometiam lucro nem prémio para o futuro, a frequência dos estudantes veio a ser por vezes pouco numerosa e diminuía conseqüentemente o ardor no ensinar e aprender tal ciência*»³⁸.

³⁸ *Op. cit.*, III, 1, 186. O itálico é nosso. Cf. A. Lopes, *Os Jesuítas pioneiros de Galileu?*, in: Brotéria (Maio-Junho 1988) 499-518.

Aliás, já em 1917, afirmava explicitamente:

«Contentando-se (os jesuítas portugueses) por algum tempo com ensinar nos seus collégios a philosophia escolastica ficaram atrasados nas outras sciencias naturaes, emquanto lá fora as nações estrangeiras iam seguindo a marcha triunfante do progresso.»³⁹

Com efeito, houve sempre dificuldade, em Portugal, de dotar os Colégios de Lisboa, Coimbra e Évora de professores competentes. Por isso, tiveram os Superiores de recorrer constantemente ao Prepósito Geral para que enviasse professores estrangeiros. É bem significativo o facto de que até 1680, dos 26 professores de matemática que passaram por estas escolas, 17 foram estrangeiros.

Em 1685, o Superior Geral, Carlos Noyelle, admoestava assim o Provincial:

«Desejamos ardentemente que os nossos religiosos nessa Província portuguesa cultivem os estudos de Matemática, não somente para exercerem o magistério dessa Faculdade, mas sobretudo para poderem ser enviados à missão da China. Por estes motivos ordenamos a V. Rev.^a que, dos estudantes, que terminaram o curso filosófico, destine alguns de talento e boa aptidão para estudarem esta Ciência.»⁴⁰

O Superior Geral que lhe sucedeu teve de intervir, e desta vez com mão forte, para estimular os jesuítas portugueses. Foi o enérgico Tirso González. Começou em 1692. Organizou em Roma um programa de estudos para as Matemáticas que impôs à Província portuguesa, ordenando pronta execução⁴¹.

E logo na primeira *Ordenação*, pondo o dedo na chaga:

«Mais desagradável e mais penoso é para a Província sofrer, durante anos tal penúria de matemáticos, e ter de mendigá-los dos confins da Alemanha, ou de os tirar às missões ultramarinas com grande perda para elas.»⁴²

³⁹ Francisco Rodrigues, *A formação intellectual do Jesuíta*, Porto 1917, 536.

⁴⁰ ARSI, *Lus.*, 34, I, f. 168.

⁴¹ B.N.L., F.G. 2135: *Ordinatio... 12 Aprilis 1692.*

⁴² *Ibid.*, nn. 12-13.

E para assegurar o êxito deste programa, poucos meses depois, envia nova *Ordenação*⁴³ determinando a forma e leis dos exames a que deviam submeter-se os estudantes jesuítas.

E a 1 de Agosto desse mesmo ano, envia novo documento, concedendo privilégios, para promover os estudos de matemática «tão necessários nessa Província». ⁴⁴ Desta vez os professores de Matemática eram inteiramente iguallados aos de Filosofia. E novamente a 4 de Fevereiro de 1702, voltará a inculcar à Província portuguesa a necessidade das Matemáticas ⁴⁵, ordenando que *os professores deputados ao estudo da Matemática* não sejam tirados para substituir a outros de outras disciplinas. Já no mês de Setembro anterior tinha enviado uma simples carta para que esses professores deputados pudessem gozar dos mesmos privilégios dos demais professores.

Ao mesmo tempo, iam chegando à Província portuguesa, enviados pelo Superior Geral, professores estrangeiros de grande competência, para dar execução às suas *Ordenações*, como Alberto Eusébio Buckowski da Boémia, Francisco Musarra da Sicília e João Hildred de Inglaterra. A estes mesmos ia o Superior geral exortando com cartas para que fossem exigentes.

Entretanto, chegavam cartas da China para que se enviassem professores portugueses de Matemática, para a cadeira de Pequim, porque até então tinham sido todos estrangeiros.

Depois de um período de certo entusiasmo, o sucessor de Tirso González, Miguel Ângelo Tamburini, a 14 de Abril de 1714, esforçou-se por dar novo impulso a estes estudos, provavelmente já um tanto decaídos:

«Não sem grande sentimento e dôr soubemos que o estudo da matemática estranhamente arrefecera no colégio de Évora. Não podemos entender a razão porque muitos dos velhos na Província não levam a bem que nela se professem as ciências matemáticas, as quais não só contribuem para o esplendor de Portugal, mas também são mais necessárias aos portugueses do que a muitas outras nações. Pelo que só desta ciência tratamos agora, para mostrar a eficácia com que exigimos a execução destas Ordenações, que sobre elas foram exaradas. Em primeiro lugar queremos

⁴³ B.N.L., F.G. 2135: *Ordinatio...* 17 Jan. 1693.

⁴⁴ B.N.L., F.G. : *Confirmatio et extensio...* 1 Aug. 1693.

⁴⁵ *Ibid.*, *Declarationes Praep. Generalis circa studia Mathematicae.*

e mandamos que se observe à risca a Ordenação do nosso Predecessor de 12 de Abril de 1692, destinada a reavivar o estudo da Matemática.»⁴⁶

Montuela, na sua obra já citada⁴⁷, dá no seu índice cerca de 30 nomes de eminentes matemáticos jesuítas de fama mundial, e *nem um único português aparece*.

A segunda deficiência é muito mais grave, porque vem negar o «*princípio missionário*» de atenção às *mutações culturais exigidas pela inculturação*, donde nasceram os Colégios. Não há dúvida que mais ou menos em todos os centros, sobretudo em Portugal, e particularmente no séc. XVIII, a rotina e o imobilismo começaram a apoderar-se de muitos Colégios. Só o feliz aparecimento de outros... «concorrentes» na tarefa do ensino, como os Oratorianos e, sobretudo com os «ataques» de Luís António Verney — embora em muitos casos injusto e verrinoso —, foram os Jesuítas sacudidos no seu imobilismo. Mas também se deve acrescentar que, na altura da expulsão por Pombal, em 1759, os centros de ensino da Companhia já tinham recuperado parte do primitivo «espírito de autocrítica constante» e até ultrapassado de longe os seus opositores. E a prova está nos tristíssimos resultados da reforma pombalina.

D. Francisco de Lemos, amigo íntimo de Pombal, foi encarregado pela Rainha, em 1777, de fazer um relatório sobre o estado dos estudos na Universidade, depois da reforma pombalina. Vejamos as suas conclusões relativamente aos estudos de matemática:

«... Por que consta, que desde o anno de 1612 até o de 1653, em que passou o longo intervalo de 41 annos, esteve vaga a cadeira de Mathematica de Professor que a regesse. E que desde este anno até a presente Reforma so fora regida por tres Professores, Gaspar de Mere, o P. João Coning Jezuita, e o P. Fr. Ignacio de Atayde Benedictino; havendo longas vacancias entre huns e outros; e sendo esta ultima de mais de 60 annos.»⁴⁸

⁴⁶ *Ibid.*, Cópia da carta, já anterior, de 11 de Abril de 1711.

⁴⁷ *Histoire des Mathématiques*, Paris 1758-1802, índices dos vols. II e IV.

⁴⁸ D. Francisco de Lemos, *Relação Geral do Estado da Universidade de Coimbra, desde o principio da Nova Reformação até o Mez de Setembro de 1777, para ser presente a Rainha Nossa Senhora pelo seo Ministro e Secretário de Estado da Repartição dos Negocios do Reyno, Illmo e Exmo Snr Visconde de Vila Nova de Cerveira, dada pelo Bispo de Zenopole Coadjutor, e Futuro sucessor do Bispado de Coimbra e actual Reformador, e Reytor da mesma Universidade*, Coimbra: Ed. Universidade, 1980, 80.

Com a reforma pombalina «... o corpo das Mathematicas foram todas reduzidas e contrahidas a hum Curso Elementar»⁴⁹

No que se refere aos alunos:

«succede — que o numero destes não só diminuiu, mas tem faltado totalmente. No Primeiro anno se matricularam oito Estudantes como Ordinários; dos quaes hum morreu, e dous dezer-taram; ficando só unico... No Segundo matricularam-se dous, dos quaes hum faltou; no Terceiro, Quarto, e neste Anno, que hé o Quinto, nem hum, de sorte que os Estudantes, que há com o destino de seguir a Profissão Mathematica são só os cinco, que se matricularam no Primeiro Anno»⁵⁰.

Isto significa que em 1777 tínhamos de novo a lamentável situação anterior:

«Vê-se do que acabo de expor, que por falta de frequencia de Estudantes, se vai já arruinando o Estabelecimento da Nova Faculdade de mathematica; e recahindo no antigo estado de abandono e dezerção...»⁵¹

Apesar dos prémios e privilégios introduzidos por D. José para os estudantes de Matemática:

«... a experiencia mostrou, estes estímulos sendo uteis, ainda não eram efficazes, para atrahirem a Mocidade aos ditos Estudos; porque tendo sido estabelecidos logo no principio da Reforma dahi por diante concorreram em menor numero, e ultimamente faltaram de todo... Isso fez conhecer a necessidade de outro genero de Providencias, que tivessem mais efficacia de atrahir a Mocidade às Aulas de Mathematica».⁵²

Finalmente a Relação procurando ir às causas desta situação:

«Conheceu-se, que o verdadeiro motivo, por que os Estudantes não frequentam o Curso de Mathematica, como *Ordinario*, consistia em não serem destinados por Ordens Regias ou Mathematicos Graduados para os Empregos, e Lugares que há proprios

⁴⁹ *Ibid.*, 82.

⁵⁰ *Ibid.*, 85-86.

⁵¹ *Ibid.*, 86.

⁵² *Ibid.*, 87.

desta Profissão... Pode-se afirmar que este foi sempre o grande mal, que perseguiu nestes Reynos os Estudos Mathematicos.»⁵³

Vê-se que o Reformador de 1777 já não navega nas mesmas águas do Reformador que nasceu da *Deducção Chronologica e Analitica*.

Para concluir busquemos uma avaliação sobre a situação a partir de 1800. Vai-no-la fornecer outro historiador que segue a visão de Pombal: Pedro José da Cunha, no livro já citado⁵⁴. O que é estranho é que continua a falar frequentemente em decadência das matemáticas ao longo do séc. XIX:

«Uma vista de conjunto lançada à produção das ciências exactas entre nós no século XIX tem levado à conclusão de que o cultivo das matemáticas foi decaindo sensivelmente durante esse período, acentuando-se a decadência até à sua penúltima década.»

E ao falar da época em que escreve (1929): «... apesar de ainda não se terem dissipado as causas deste novo período de decadência — bem longe disso —...»⁵⁵

Mas, quanto aos jesuítas terão bem aprendido a lição que, poucos anos depois, Egas Moniz, seu discípulo no Colégio de S. Fiel, dará sobre este ponto um testemunho sem contestação:

«No Colégio, ao lado da exagerada vida religiosa... havia uma boa educação humanista e científica que, só por estar sujeita a programas oficiais, alguns deles pouco recomendáveis, não era mais perfeita. Devo a essa orientação muito do aproveitamento na carreira universitária. A disciplina mental a que obrigavam os alunos, em ciências exactas e afins, era bem orientada — ... Aproveitei com o ensino que me ministravam na matemática, física, química e ciências biológicas. Davam certo desenvolvimento à parte experimental, o que contrastava com a maior parte do ensino liceal desse tempo. O laboratório de química e o gabinete de física estavam suficientemente apetrechados e o ensino baseava-se em experiências sempre que isso era possível...»⁵⁶

⁵³ *Ibid.*, 88.

⁵⁴ *Bosquejo histórico das Matemáticas em Portugal*, Imprensa Nacional 1929, 61.

⁵⁵ *Ibid.*, 62.

⁵⁶ *A nossa casa*, 254.

VII. AVALIAÇÃO FINAL

Graças ao seu dinamismo inicial e ao princípio missionário de constante mobilidade para realizar o bem mais urgente e eficaz, a Companhia teve um papel fundamental na cultura portuguesa dos sécs. XVI, XVII e XVIII. Marcaram para sempre as nossas letras e a nossa cultura ⁵⁷, e bem os podemos considerar *como os primeiros fundadores da nossa rede e sistema nacional escolares*.

Por outro lado, não podemos negar que algo do seu primitivo espírito foi ficando pelo caminho, no séc. XVIII — como acontece, aliás, com qualquer instituição humana —, de tal forma que bem podemos concluir com o juízo altamente autocrítico do grande historiador jesuíta William Bangert, na sua *História da Companhia de Jesus*, ao terminar o seu primeiro período:

«Os Jesuítas tinham perdido a iniciativa que os distinguia na sua história primitiva, e em muitas frentes estavam agora na defensiva. Era desesperadamente necessário ter pensadores profundos e perspicazes que pudessem discernir sob a hostilidade dos filósofos, os valores positivos de liberdade e tolerância, e dar um impulso para um ideal de justiça, verdade e dignidade humana, ideal, que, com o tempo, contribuiria para a reforma da Igreja. Mas não apareceram teólogos da estatura de Belarmino, Suárez, Vázquez ou Petau, mas simples epígonos, que em vez de um pensamento construtivo na teologia e na filosofia, se limitavam a repetir e condensar os ensinamentos dos grandes mestres de outrora. A onda do Iluminismo varreu uma larga zona da Europa, sobretudo a França, e deixou os Jesuítas esbracejando no meio das águas revoltas do cepticismo, deísmo e ateísmo...» ⁵⁸

⁵⁷ Vem a propósito o testemunho de Francis Bacon (1561-1626) verdadeiramente imparcial, porque, além de contemporâneo dessa época é considerado como um dos criadores do método experimental: «A parte mais nobre da instrução antiga foi restaurada nos Colégios dos Jesuítas. Ao ver a actividade inteligente e a subtil eficácia com que ensinam as ciências e formam nos bons costumes, ocorre-me o dito de Agesilau a Farnabaso: *Se assim é, oxalá fosses nosso.*» (*De dignitate et augmento scientiarum*, Lugduni 1763, L. I, 24); «... no que toca à Pedagogia, basta que te diga uma palavra: *Consulta as escolas dos Jesuítas: não encontrarás melhor.*» (*Ibid.*, L. III, cap. IV, 427).

⁵⁸ Edição portuguesa, Porto: S. Paulo 1985, 435.